

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/10/2014 - Edição 1154

### Vigilantes do Rio Grande do Norte paralisam serviço de segurança no hospital Santa Catarina

Nesta terça-feira, dia 28, a categoria chegou logo cedo ao hospital Santa Catarina, em Natal, para mais um protesto contra o atraso de salário. Além do ato, os trabalhadores cruzaram os braços e paralisaram suas atividades.

O primeiro ato ocorreu no dia 13 de outubro em frente à Sesap com objetivo de solucionar o problema do constante atraso de salário enfrentado pelos trabalhadores. Durante reunião com o coordenador geral do Sindsegr, Francisco Benedito (Bené), o secretário adjunto da SESAP, Marcelo Bessa, informou que os atrasos estão ocorrendo porque a Garra Vigilância não entrega a documentação necessária para o devido pagamento na data prevista, que é o dia 20 de cada mês.

Na segunda-feira (27/10) o protesto contra o atraso no pagamento foi no hospital Walfredo Gurgel, maior pronto-socorro do estado do Rio Grande do Norte. Revoltados, dezenas de vigilantes participaram do ato e exigiram respeito da Garra Vigilância.

Até o momento a Garra não efetuou o pagamento do mês de setembro, que deveria ter sido pago até o 5º dia útil



**Sindsegr organiza protestos contra atraso de pagamento dos vigilantes da Garra que trabalham nos postos de serviços da Sesap (Secretaria da Saúde Pública).**

deste mês. Os trabalhadores reclamam que estão com vários compromissos atrasados, como contas de água, luz, aluguel e dificuldades para fazer a feira de casa. O diretor de imprensa do Sindsegr, Agrício Enedino, conta que o atraso de salário tem sido constante na Garra Vigilância. “Não podemos admitir que o trabalhador fique sem receber o salário depois de trabalhar o mês inteiro”, afirmou Agrício.

Por isso mesmo os vigilantes que fazem a segurança do hospital Santa Catarina continuam paralisados.

“Diante desse jogo de empurra entre a Garra e a Sesap, o papel do sindicato é mobilizar a categoria até que a empresa cumpra o seu compromisso de pagar os salários atrasados e colocar o pagamento dos trabalhadores em dia”, afirmou Bené.

Fonte: Sindsegr/RN

# Sindsegur/RN realiza encontro de mulheres vigilantes

Dezenas de mulheres vigilantes compareceram ao evento, realizado pelo Sindsegur/RN no sábado (25), que teve como objetivo discutir temas constantes no dia-a-dia da mulher trabalhadora. Na ocasião, o delegado do Ministério do Trabalho e Emprego no RN, Cláudio Gabriel, falou sobre direitos trabalhistas das mulheres.

Logo após, a advogada Elisângela falou sobre Assédio Moral e Sexual no dia-a-dia das vigilantes. Em seguida, o consultor da Flash Segurança, Marcos Antonio, tratou da questão motivacional como um elemento de fundamental importância nas relações sociais.

Ao final do encontro a diretoria do Sindsegur realizou um sorteio de brindes entre as participantes.

Fonte: Sindsegur/RN



Delegado do Ministério do Trabalho e Emprego no RN, Cláudio Gabriel, falou sobre direitos trabalhistas das mulheres.



Dezenas de mulheres vigilantes compareceram ao evento



O SINDSEGUR realizou no último sábado (25/10) no IFRN Cidade Alta, o I Encontro das Vigilantes do RN.

# Câmara mantém veto de prefeito a lei sobre vigilantes



Vigilantes participam de audiência sobre PL que amplia a prestação do serviço de segurança em alguns ramos do comércio. Câmara mantém veto do prefeito.

Foto site: <http://www.focoregional.com.br/>

Em sessão realizada na noite desta segunda-feira, (27), a Câmara de Vereadores de Volta Redonda manteve o veto do prefeito Antônio Francisco Neto ao projeto de lei do vereador Francisco Chaves (DEM) estabelecendo a obrigatoriedade da contratação de vigilantes para alguns segmentos do comércio e prestação de serviços, como farmácias e casas lotéricas. O principal argumento do prefeito ao vetar totalmente o projeto foi o entendimento de que a lei é inconstitucional, pois não cabe ao município legislar sobre segurança, atribuição federal e estadual.

A votação do veto mobilizou tanto as entidades que representam o comércio, como a CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Aciap (Associação Comercial) e Sicomércio (Sindicato do Comércio Varejista), quanto dos vigilantes.

O projeto acabou dominando toda a sessão e provocou muitos debates entre o autor e os demais vereadores que, em setembro,

aprovaram a medida em primeira votação. Chaves, que é juiz aposentado, entende que o projeto não é inconstitucional porque

**“O que não pode acontecer é a contratação de indivíduos sem conhecimento técnico, muitas vezes policiais”,**

não trata de segurança pública, mas privada, no interior dos estabelecimentos. “O que não pode acontecer é a contratação de indivíduos sem conhecimento técnico, muitas vezes policiais”, afirmou o autor da tribuna, onde foi defender o seu texto. Chaves

citou que estados como Pará e Santa Catarina já teriam adotado a medida.

A maioria dos vereadores – o veto foi mantido por 15 votos a um – argumentou que a iniciativa é ilegal. O primeiro a falar a respeito, Pedro Magalhães (PSDB), foi vaiado pelos vigilantes na plateia, o que mereceu uma reprovação do presidente da Câmara, Washington Granato (PTB). Depois de vários debates entre Chaves e os colegas, foi lido um abaixo-assinado apresentado pela CDL, que se disse surpresa com o projeto. “Segurança pública é obrigação do Estado, conforme o artigo 144 da Constituição Federal”, ressaltou no documento entregue aos vereadores. De acordo com os lojistas, a obrigatoriedade resultaria também em aumento de custos, que fatalmente seriam repassados aos consumidores.

-Viemos defender a nossa posição. Não somos contra os vigilantes, desejamos a geração de emprego e renda e eles são essenciais, mas estamos numa situação que não nos permite aumento de custos. Além disso, há o preceito legal que não permite ao município legislar sobre segurança – disse o presidente da Aciap, Joselito Magalhães, ao final da votação.

O projeto de Chaves previa a contratação de um vigilante para estabelecimentos com três caixas, mencionando casas lotéricas, farmácias, supermercados, postos de combustíveis, agências de Correios, casas de câmbio e postos de gás.

Fonte: Foco Regional

**Artigo de Saul Leblon:**

# **O Brasil dobrou a aposta na democracia social**

**Não foram apenas 3 pontos. Foram 53,5 milhões de brasileiros que decidiram dobrar a aposta na construção de uma democracia social.**



Foto: site: <http://www.cartamaior.com.br/>

A importância histórica deste 26 de outubro de 2014, quando as urnas deram um segundo mandato à Presidenta Dilma Rousseff, e um quarto e sucessivo governo progressista ao Brasil, não pode ser medida apenas pela margem de três pontos que marcou a derrota conservadora.

Em primeiro lugar, não foram apenas três pontos.

Por trás deles, a sustentá-los com desassombro e resistência, estão 53,5 milhões de brasileiros que decidiram avaliar o passo seguinte do projeto iniciado em 2003, dando-lhe mais quatro anos no comando do país.

É uma vitória tão monumental quanto o gigantesco aparato que foi preciso derrotar para atravessar essa dúzia de anos e obter a dianteira nas urnas no último domingo.

Há um filme à espera de um diretor, e ele precisa ser feito para que se possa visualizar o conjunto dos interesses, as massas gigantescas de forças que se uniram, dentro e fora do país, na tentativa de capturar o processo democrático brasileiro em um torvelinho de incerteza, medo, crispação política, sabotagem econômica, boatos, manipulação

midiática e envenenamento do imaginário social.

A disputa encerrava uma dimensão geopolítica capaz de influenciar os acontecimentos na América Latina e a agenda da luta pelo desenvolvimento em diferentes partes do mundo.

**Não era pouco o que estava em jogo, portanto.**

De um lado, a agenda da restauração neoliberal no país; de outro, o aprofundamento de um projeto de desenvolvimento soberano, associado à justiça social.

Avulta até aos mais distraídos os lances de audácia golpista desfechados contra o discernimento da sociedade nos meses, nas semanas, nos dias e horas que antecederam o escrutínio dessa disjuntiva.

Enganou-se quem imaginava que a capa criminoso de Veja, na edição delivery para a campanha de Aécio, em que buscava incriminar diretamente Dilma e Lula com o escândalo da Petrobrás, seria o auge, a bala de prata da véspera.

**Não era.**

Com o país já nas filas da urna veio o novo petardo.

Um boato de envenenamento do

delator do caso Petrobrás, tinha o ardiloso propósito de confirmar o enredo fraudulento veiculado por Veja, e induzir o voto pelo medo e a indignação.

O assunto mereceu uma entrevista ao vivo, feita pela rádio CBN, com o candidato Aécio Neves.

Repita-se: isso, enquanto milhões de eleitores se encaminhavam para as urnas.

Foi um ensaio de golpe paraguaio, talvez só abortado pela presunção conservadora de que a eleição estava ganha.

Portanto, é preciso reafirmar alto e bom som: em 26 de outubro Dilma conquistou uma vitória histórica.

Aécio Neves foi derrotado. E duplamente, porque perderia de novo em seu estado natal, onde Dilma abriu uma vantagem de cinco pontos sobre o tucano.

Vale dizer que ali onde o candidato do PSDB governou por duas vezes e fez toda a sua carreira, Dilma conquistou uma vantagem superior à obtida na média nacional.

**Está longe de ter sido uma vitória qualquer.**

Mas, sobretudo, foi uma vitória da coragem do eleitor humilde e solitário que enfrentou, resistiu e não se dobrou diante do paredão midiático antipetista, confiando seu voto em Dilma.

É evidente que um Presidente da República, vencido esse Rubicão tormentoso, tem a obrigação de conduzir a pacificação, como Dilma já acenou que o fará em pronunciamento, em Brasília, logo depois de proclamada a vitória.

Trata-se de erguer pontes entre as margens extremadas da disputa. Desarmar a crispação conservadora. Desautorizar o revanchismo dos que não aceitam a urna quando perdem.

E fustigar o preconceito dos que desvalorizam o voto do pobre que não elege o rico.

Mas que fique claro a natureza do que aconteceu no último domingo de outubro no Brasil: o país dobrou a aposta na construção de uma democracia social no século XXI no coração da América Latina.

A negociação, portanto, deve ocorrer em torno desse projeto.

E não de qualquer outro que o desautorize, ou pretenda emasculá-lo.

A negociação deve contribuir para dotar o projeto vitorioso nas urnas das ferramentas democráticas e institucionais necessárias à pavimentação do seu percurso na vida da nação.

É nesse ponto que a reflexão sobre a vitória se entrecruza com outra questão central.

Aquela não poucas vezes tratada neste espaço e que na verdade antecede e se superpõe ao resultado da urna.

A esfinge que desafia o campo progressista brasileiro é uma versão turbinada da encruzilhada que assola a esquerda mundial, desde que ela passou a disputar os votos da sociedade para gerir o Estado, ainda sem ter o poder de modificá-lo.

E, portanto, com o desafio de construir uma correlação de forças capaz de viabilizá-lo.

A assimetria não é ignorada pelo PT.

**"(o partido) é prisioneiro de um sistema eleitoral que favorece a corrupção e de uma atividade parlamentar que dificulta a mudança, a despeito da vontade das forças progressistas (...) As medidas de reforma do Estado não foram capazes de remover os obstáculos burocráticos que criam empecilhos para o avanço mais rápido dos grandes projetos de infraestrutura, vitais para dar nova qualidade a nosso desenvolvimento".**

O trecho acima consta do texto-base do V Congresso do PT e grita a sua atualidade diante das expectativas

e tarefas postas pela vitória deste domingo.

Não por acaso, em seu pronunciamento, já reeleita, a Presidenta Dilma reiterou o compromisso matricial do segundo mandato com a reforma política e a Constituinte exclusiva para implementá-la.

Não se trata apenas de arejar as instituições contra o efeito corrosivo do financiamento de partidos e candidatos pelas plutocracias.

É também uma questão de vida ou morte da engrenagem do desenvolvimento.

Transformações democráticas fornecem, muitas vezes, a única alavanca capaz de remover obstáculos econômicos intransponíveis quando abordados no âmbito de sua própria lógica.

Os impasses sobrepostos na engrenagem do desenvolvimento brasileiro - de natureza cambial, industrial e monetária - implicam romper estruturas anacrônicas, descontentar interesses calcificados e construir novas turbinas de dinamismo.

Durante boa parte de seu ciclo de governo, o PT acreditou que era possível reacomodar essas variáveis com ajustes a frio, ao largo de uma contrapartida de maior participação democrática dos principais beneficiados por essas transformações.

Os acontecimentos da mais feroz campanha eleitoral travada na história do país deram ao campo progressista uma segunda chance de se desfazer dessas ilusões.

O trunfo nas urnas foi crucial para aliviar o torniquete conservador que imobiliza a ação econômica do governo desde meados de 2013.

Mas está longe de encerrar a disputa.

A curto prazo ela talvez até se acirre.

Construir uma alternativa à lógica rentista que exaure a sociedade, tem maioria no legislativo, detém meios financeiros para sabotar a economia

e dispõem de um oligopólio midiático especializado em subordinar as expectativas da sociedade aos seus desígnios, não se faz do dia para a noite.

Sobretudo, não se fará sem um protagonista social que a conduza.

Justamente porque avançou muito nos últimos anos, explorando as linhas de menor resistência, mas também indo além delas em algumas áreas, o Brasil talvez esteja muito perto de ter atingido o limite nessa trajetória a frio.

Não avançará muito mais a partir de agora se menosprezar os interesses catalisados pelas políticas populares dos últimos dez anos.

Os avanços concretos amplamente reconhecidos no cotidiano do país - tanto que deram um novo mandato a Dilma - formam os pilares dessa travessia.

Mas o que consolida a ponte entre o velho e o novo é o salto no discernimento histórico da sociedade.

Sua emergência requer informação plural e participação direta nas grandes decisões que dirão presente na agenda do segundo mandato da Presidenta Dilma.

Desse conjunto poderá nascer a nova hegemonia, da qual a democracia social brasileira depende para existir.

Mas ela ainda não existe. E há quem pretenda que isso nunca venha a ocorrer.

O escândalo da revista 'Veja' mostrou apenas a ponta de um iceberg que se mantém intacto após o resultado das urnas.

Subestimar seu poder de fogo, mais uma vez, envolve o sério risco de se criar um desencontro definitivo entre a construção negociada de uma democracia social no país e as forças sociais dispostas a bancá-la.

Dilma e o Brasil ganharam mais quatro anos para evitar esse desfecho.

Convém não desperdiçar o tempo.

O outro lado não o fará.

**Fonte: Agência Carta Maior**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Priscilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF